



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI — N.º 107

SÁBADO, 4 DE SETEMBRO DE 1971

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

**ATA DA 119.ª SESSÃO
EM 3 DE SETEMBRO DE 1971**

**1.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura**

PRESIDENCIA DO SR. RUY CARNEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Milton Trindade — Renato Franco — Clodomir Milet — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Franco Montoro — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

**DO SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

N.º 380, de 2 do corrente, comunicando a sanção presidencial ao Projeto de Lei da Câmara n.º 26/71, (n.º 98/71 na Casa de origem), que dá nova redação ao item I do § 4.º do art. 64 da Lei n.º 3.807, de 26-8-60 (projeto que se transformou na Lei n.º 5.694, de 23-8-71).

PARECERES

**PARECER
N.º 389, de 1971**

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1971 (número 209-B/71, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1971 (n.º 209-B/71, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o domínio de terrenos do Estado da Guanabara.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1971. — Antônio Carlos, Presidente — José Lindoso, Relator — Adalberto Sena.

ANEXO AO PARECER

N.º 389, DE 1971

Redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1971 (número 209-B/71, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL —, o domínio de terrenos do Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a desapropriar, por utilidade pública, com fundamento na letra h do art. 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o domínio direto dos terrenos, de propriedade do Estado da Guanabara, correspondentes aos prédios números 123 e 125 da Rua Senador Pompeu, na cidade do

Rio de Janeiro, naquele Estado, perfazendo uma área de 513,45 m².

Art. 2.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 390, de 1971

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 42, de 1971.

Relator: Sr. José Lindoso.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 42, de 1971, que suspende a execução de disposições da Constituição do Estado de Mato Grosso, declaradas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 1971. — Antônio Carlos, Presidente — José Lindoso, Relator — Adalberto Sena.

ANEXO AO PARECER

N.º 390, DE 1971

Redação final do Projeto de Resolução n.º 42, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º _____, DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressão contida no parágrafo único do artigo 61 e a do inciso XII do artigo 121, da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, do Estado de Mato Grosso.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão

EXPEDIENTE
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15 000 exemplares

definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 28 de abril de 1971, nos autos da Representação n.º 855, do Estado de Mato Grosso, a execução da expressão "... alternadamente, ..." contida no parágrafo único do art. 61 e a do inciso XII do art. 121, da Emenda Constitucional n.º 1, promulgada em 21 de dezembro de 1969, daquele Estado.

Art. 2.º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Está finda a leitura do expediente.

Comunico ao Plenário que esta Presidência, nos termos do art. 279 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1969, que dispõe sobre as exigências referentes à prevenção e combate contra incêndios, nos edifícios do Distrito Federal, e dá outras providências, considerado rejeitado em virtude de ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Wilson Campos.

O SR. WILSON CAMPOS (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, pretendo, neste instante, voltar ao assunto por mim versado, quando, recentemente, ocupei esta Tribuna, para abordar problemas de interesse da região nordestina, a que me vinculo não apenas pelo exercício do mandato, senão também, e principalmente, pelos impetus de brasilidade que a tornaram, em largos passos da história, exemplo de abnegação, diria até de teimosia, na nunca desmentida vocação de servir à unidade nacional.

Se o Nordeste foi, nos primeiros surtos da nacionalidade nascente, há três séculos, a muralha em que se esvaíam as arremetidas dos invasores,

herdamos, dos nossos maiores, essa vocação patriótica, a colocar, sempre acima dos interesses locais ou regionais, as supremas aspirações do País. Não pretendemos, evidentemente, ao lembrar esses feitos, se tenha aninhado ali, exclusivamente, tal vocação. Seríamos injustos com os gaúchos, seculares vigilantes das fronteiras do Sul; com os cariocas, que repeliram as invasões francesas; com os mineiros e seus pró-homens da Independência; com os paulistas, goianos e mato-grossenses, conquistadores dos cerrados do Planalto Central e das lindes ocidentais do País; com os bravos da Amazônia, que ainda hoje reeditam o milagre de sobreviver na floresta tropical.

Mas o drama da luta contra o subdesenvolvimento, sem considerar madrastra a União, absolvida, sempre, dos seus esquecimentos, pela nossa fidelidade à Pátria comum, este une, hoje como sempre, o Nordeste à Amazônia, irmãos de sofrimento, na inconformada tenacidade da confiança que depositamos nos demais irmãos da Federação Brasileira.

Se, ainda neste século, um gaúcho comandou os nordestinos e os amazônicos na conquista do Acre, é agora, o Presidente Médici, de igual ascendência e fervor patriótico, quem procura, no espaço físico, unir as duas regiões na tarefa hercúlea da Transamazônica, vadeando rios e adentrando as virgens florestas, para que sejamos cada vez mais unidos, nos sofrimentos episódicos e na permanente grandeza que desejamos.

Não estranhem, pois, os representantes da área da SUDAM esteja um nordestino nesta Tribuna defendendo reivindicação comum às duas regiões e deprecando a um gaúcho — dizem que o gaúcho é um pernambucano a cavalo... o pernambucano um gaúcho a pé... — defendendo um apelo e solicitando uma providência

ao Presidente da República, nos termos em que foi proposta pelo Governador Eraldo Gueiros Leite.

INDICAÇÃO A SUDENE

Em recente reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, o Governador de Pernambuco apresentou a seguinte proposição:

“O decreto-lei que institui o PROTERRA — Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — dispõe que os recursos ali previstos, a serem empregados nos financiamentos destinados à aquisição de terra e a outras finalidades destinadas ao estímulo e desenvolvimento das atividades agroindustriais do Norte e do Nordeste, sejam aplicados por intermédio dos estabelecimentos de crédito oficiais federais, conforme determina o artigo 7.º, assim redigido:

“São agentes financeiros do Programa o Banco da Amazônia S/A, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Caixa Econômica Federal.”

“Considerando que já existe, hoje, no País, uma sólida rede de estabelecimentos de crédito vinculada aos Governos dos Estados, e que, no Nordeste, esses Bancos Estaduais, na sua totalidade, desempenham relevante papel no desenvolvimento da região, através de suas Carteiras especializadas, destinadas ao fomento da agroindústria e, notadamente, da pequena e média indústria;

“Considerando que as maiores instituições de crédito do País, como o Banco do Brasil S/A, o Banco de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Nordeste do Brasil S/A e, especialmente, o Banco Central do Brasil, confiam

o repasse de seus recursos — próprios ou de origem estrangeira — aos Bancos dos Estados;

"Propomos:

"Seja redigido um apêlo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela inclusão dos Bancos Oficiais Estaduais do Norte e do Nordeste como Agentes Financeiros do Programa de crédito do PROTERRA, na conformidade do artigo 7.º do referido Decreto."

Este apêlo, Senhor Presidente, Senhores Senadores, foi unanimemente aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE e, acreditamos, mereça a reivindicação o apoio da SUDAM, como de todos os representantes da Amazônia e do Nordeste.

INDUÇÃO ECONÔMICA I INCENTIVOS

O êxito da política dos incentivos fiscais, embora as possíveis e justificadas falhas na aplicação dos seus recursos — porque não acompanhadas, até a instituição do PROTERRA, da mudança da estrutura agrária e até fundiária — no caso do Nordeste — não deveria implicar no esquecimento de outros incentivos e processos de indução econômica, em benefício das regiões menos desenvolvidas do País.

Se, anteriormente, examinamos, de maneira sucinta, o problema das agências financeiras, no que tange à aplicação, aos Bancos Oficiais Estaduais do Nordeste, do artigo 20 da Lei n.º 5.508, de 11 de outubro de 1968, cabe-nos, hoje, tecer considerações quanto à sua inclusão entre os agentes financeiros do programa de crédito do PROTERRA, ainda em apoio da declarada e louvável intenção do Governador Eraldo Gueiros Leite.

Reconhecemos, mais uma vez, que tanto o BASA quanto o BNB têm sido instrumentos eficientes da aplicação dos incentivos fiscais nas duas regiões em que atuam.

Mas reconhecemos, por outro lado, que a ampla rede de agências de que dispõem está sobrecarregada de tarefas e, por isso mesmo, seria da maior valia, para o seu desempenho, a ajuda dos bancos oficiais dos Estados, que, além de possuírem carteiras especializadas, estão igualmente afeitos aos problemas do fomento às atividades agropecuárias, como das pequena e média indústrias.

Ademais, tanto o BASA como, especialmente, o BNB se servem dos estabelecimentos oficiais estaduais de crédito para repassar os recursos destinados às respectivas áreas.

Se podem êsses bancos representar, por suas redes de agências no interior, o próprio Banco Central do Brasil, estão igualmente capacitados a receber, não mediante repasses mas diretamente, os depósitos do PROTERRA, manejando-os segundo as instruções recebidas.

NOVO FEDERALISMO

Tem setenta anos — com um interregno de oito, que corresponde a um delíquio ditatorial — o federalismo brasileiro. Foi um sistema político decalcado das instituições norte-americanas, que não encontrava, aqui, seqüelas de lutas separatistas, como a da secessão norte-americana, que sacrificou cerca de um milhão de pessoas. Lá, a lembrança do trágico episódio anulava a possibilidade de sonhos de hegemonia nos Estados Federados. Aqui, as províncias de Pernambuco e Bahia, São Paulo e Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul constituíram-se em poderosos núcleos oligárquicos. E até a Revolução de trinta revezavam-se na Presidência da República paulistas, mineiros, fluminenses e gaúchos, com exceção para três nordestinos, em momentos de crise mais grave: Deodoro, Floriano e Epitácio.

A velha estrutura agrária — de onde saíam os bacharéis e alguns comandos militares — foi, então, responsável pela prática inaplicação do federalismo, aqui adaptado pela inspiração positivista de Benjamin Constant e pelo gênio político de Rui Barbosa.

Havia uma união nacional?

Sim, baseada nas tradições comuns, na mesma língua e igual religião cristã, caldeada na democracia racial, temperada em séculos de luta, que preservaram nossa unidade étnico-social.

Não havia, porém, união política, enquanto os partidos, herdeiros da tradição imperial, não passavam de anverso e reverso da mesma moeda, com um só conteúdo ideológico, doutrina, apenas, pelos cansados ideais republicanos.

Constituíamos o "famoso arquipélago econômico", de que falam tantos sociólogos: uma economia primário-exportadora, baseada em algumas monoculturas regionais, marcada pelo incipiente extrativismo mineral, portos e urbs na faixa atlântica, extrovertidos os brasileiros até nas idéias políticas, modeladas pelos figurinos europeu e norte-americano.

Na verdade, a Revolução de 30 tentou alterar êsse quadro, que se modificou menos por influência dos seus líderes do que pelo primeiro surto industrial no eixo Rio—São Paulo, com pálidos reflexos em Minas Gerais e Pernambuco.

A perplexidade da classe política, o enfraquecimento da aliança "café-com-leite" — Minas perdendo a suserania política, São Paulo preocupado em industrializar-se e formando uma "nova classe" para a futura liderança, fitava, na Europa, o avanço das formas totalitárias e os êxitos econômicos do nazi-fascismo. Caiamos, em 1937, numa aventura cen-

tralizadora, queimando-se os símbolos e bandeiras estaduais.

Se outro mérito não tivesse o interregno ditatorial, não lhe poderíamos negar o de ter contribuído para uma certa conscientização do proletariado e o surgimento de lideranças empresariais mais firmes e atuantes no cenário político, bastando lembrar, de um lado, no campo das conquistas trabalhistas, as figuras de Lindolfo Collor, Agamenon Magalhães, Marcondes Filho e do outro, o empresariado, com Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e João Daut de Oliveira.

Quando renasceu o federalismo, em 1946, já essas lideranças dominavam o poder econômico, aqui expresso pelos sindicatos trabalhistas, pelos capitães de indústria e pelos banqueiros. O nôvo surto industrial deslocava para os centros urbanos grandes massas eleitorais e, de mãos dadas, o populismo, o trabalhismo e os antigos interventores estaduais, enquanto defendiam a velha estrutura agrária, aliavam-se à nova classe fabril. Assim pronunciaram-se as diferenças regionais, adensando-se o desenvolvimento no triângulo São Paulo—Rio—Belo Horizonte.

Não havia escolha, quanto ao surgimento de novos centros industriais, senão nessa área, onde existiam infra-estrutura suficiente e mão-de-obra especializada, para suportá-los.

A partir da década de 50, advertiram-se os representantes nordestinos, do extremo-sul e do oeste, do agravamento das diferenças regionais, que o nosso incipiente federalismo não conseguira evitar. Enquanto se instituía a SUDENE, ouviam-se, na Câmara, as vozes de João Menezes e de Aliomar Baleeiro, na crítica a um dos fatores de ampliação dessa diferença: o Imposto de Vendas e Consignações, pago na fonte, aos Estados produtores, pelas populações primário-exportadoras das regiões menos desenvolvidas.

Veio a Revolução de 1964 e procurou-se atenuar a disparidade. Inicialmente, pretendeu-se colocar a equidade acima da eficiência: mantiveram-se os incentivos fiscais e tentou-se industrializar o Nordeste. Decerto isso foi possível, por se colocar a política de integração regional acima da estrutura federalista. Vem a Constituição de 1969, não mais dos Estados Unidos do Brasil, mas da República Federativa do Brasil. Nessa mudança não há, apenas, incoerente escolha de vocábulos, senão a intenção de reconhecer a tipicidade do nosso sistema federalista, perfeitamente centralizada a execução da política econômico-financeira do País.

O PROTERRA

Não pretendemos analisar os aspectos mais profundos dessa trans-

formação, confiando a tarefa a outros colegas de maior experiência política e suficientes conhecimentos sociológicos de que não dispomos.

Parece que a experiência vem revelando os melhores resultados, pelas iniciativas espetaculares do Governo Federal, nos últimos dois anos: o Plano de Integração Social, o PROTERRA, a Transamazônica, a apreciável cópia de divisas no Exterior estão aí, para atestá-lo.

Não há nada menos contestável do que a prova do êxito. Por isso mesmo a crítica possível a alguns detalhes da execução antes será motivo de encorajamento à tarefa, do que conselho à interrupção da experiência vitoriosa.

Isto porém, não nos impede de tentar colaborar, em algum aspecto, no sentido de que se confie aos Estados, senão como unidades federadas, ao menos como setores autônomos no equacionamento dos problemas do seu peculiar interesse, um pouco mais na missão executória da política econômica nacional, quanto mais não seja, à guisa de encorajamento.

Ora, o PROTERRA levou aos Estados do Norte e do Nordeste não apenas a esperança em que serão mudados os aspectos mais críticos da sua estrutura agrária; deu-lhes, também, a certeza de que não podem deixar de colaborar nesse esforço, nos respectivos territórios.

No atendimento a essa vocação e a esse desejo, se o Governo Federal responder ao apelo do Governador Eraldo Gueiros Leite, apresentado e aprovado por unanimidade na Reunião do Conselho da SUDENE, em julho último, que se incluam os Bancos Oficiais Estaduais daquelas regiões entre os agentes financeiros do PROTERRA, estará integrando aspirações e congregando esforços, a nosso ver indispensáveis, para o êxito de uma iniciativa pioneira, destinada a obter, ainda nesta década, a substituição de velhas estruturas fundiárias, passo inapelável no caminho da integração de vastas regiões subdesenvolvidas no desenvolvimento harmônico da comunidade nacional.

O Sr. Milton Cabral — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS — Pois não, Sr. Senador.

O Sr. Milton Cabral — Meu caro Senador Wilson Campos, quando tivemos oportunidade de estudar o processo de desenvolvimento industrial do Nordeste, analisamos a política creditícia realizada naquela Região, e muito nos impressionou a fraqueza dos bancos oficiais dos Estados. Na realidade, esse problema, a que V. Ex.^a tão brilhantemente, nesta tarde, dá realce, deve merecer todo o nosso apoio. V. Ex.^a reivindica maior pres-

tigiu, maior desenvolvimento dos bancos estaduais através de providências do Governo Federal, do Banco Central, e inclusive da medida solicitada pelo Governo de Pernambuco, de que os bancos estaduais tenham preferência na aplicação dos recursos do PROTERRA. Mas, outras medidas poderiam também ser mobilizadas para aplicação através dos bancos estaduais. Em nosso trabalho, até sugerimos que não seria nada demais que, na subscrição do aumento do capital desses bancos, fosse admitida a aplicação dos incentivos fiscais dos arts. 34/18, por que entendemos serem esses bancos estaduais os que têm maior capacidade de penetração no interior dos Estados. Assim acontece na Paraíba, em Pernambuco e outros Estados do Nordeste. E como eles têm grande rede e maior penetração, estão muito mais vinculados às dificuldades locais, e muito mais interessados no desenvolvimento estadual. Por isso mesmo, devem merecer todo o apoio de nossas autoridades financeiras.

O SR. WILSON CAMPOS — Agradeço ao nobre Senador Milton Cabral. Na última quarta-feira, da tribuna do Senado, tratei da necessidade de que terá o Governo Federal de incentivar no sentido de que, no aumento de capital de Bancos estaduais, fosse dado àquela mesmo direito concedido ao Banco da Amazônia e ao Banco do Nordeste quando do aumento de seus capitais — um recentemente e outro, pelos idos de 1968 o que possibilitou, na compra de ações por pessoas físicas e jurídicas, um desconto de 50 ou 25% do Imposto de Renda devido ao Governo. Isto, para nós, foi a grande injeção que possibilitou aqueles dois Bancos serem, hoje, realmente, dois organismos fortes na conceituação da rede bancária brasileira. Ao apelo anteriormente feito, junta-se também este pronunciamento de meu prezado companheiro, Senador Milton Cabral, estudioso que é do assunto e que vê a necessidade do fortalecimento dos Bancos estaduais, porque num contexto só ele representa aquilo que pode haver de integração para maior fortalecimento bancário da Rede — vamos dizer — Federativa do Brasil. Portanto, nobre Senador Milton Cabral, meus agradecimentos, e peço licença a V. Ex.^a para incorporar seu aparte a meu humilde pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os meus agradecimentos por me terem ouvido nesta tarde. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recebi da Associação dos Municípios

da Região do Alto Vale do Itajaí, sediada em Rio do Sul, e que congrega as comunas de Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio d'Oeste, Rio do Sul, Saleté, Taió, Trombudo Central, Witmarsun, ofício sobre o problema da construção das barragens de regularização do rio Itajaí.

Diz o expediente, Sr. Presidente:

"ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ"

Rio do Sul, 7 de julho de 1971.

Excelentíssimo Senhor Senador

A Associação dos Municípios da Região do Alto Vale do Itajaí, em Assembleia-Geral ontem realizada, na cidade de Agronômica, com a presença de vinte Prefeitos que a compõem, deliberou por unanimidade de seus membros que lhe fosse enviado um apelo no sentido de interceder junto ao Governo Federal para a rápida conclusão das barragens que estão sendo construídas nos Municípios de Taió e Ituporanga.

Senhor Senador, tal solicitação fazemos porque no período de vinte dias sofremos duas grandes enchentes abalando sobremaneira a economia e o transporte rodoviário em nossa região e por esse motivo todos os habitantes encontram-se apreensivos, com medo que novamente venha a se repetir tal fato tornando por demais difícil a situação econômica e financeira de nossos agricultores e industrialistas.

Sabemos, Senhor Senador, que as máquinas atualmente a disposição são insuficientes e que não foram iniciadas, ainda, a construção das novas estradas, que são muitas, e que virão a substituir aquelas que serão alagadas. Assim sendo, a continuar assim não conseguiremos ver tais obras realizadas dentro dos próximos dois anos.

Certos de que mereceremos por parte de Vossa Senhoria o maior interesse sobre o assunto, aproveitamos o ensejo para reiterar a nossa elevada estima e distinta consideração."

Assinam o ofício os Srs. Heinz Schroeder, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Alto Vale do Itajaí, e Gilfredo Azevedo Lemos, Secretário Executivo.

Faço minhas, Srs. Presidente, as palavras da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí em relação à urgência, conveniência e necessidade da conclusão das obras das barragens nos Rios Itajaí d'Oeste e Itajaí do Sul.

O Vale do Itajaí, Sr. Presidente, região das mais desenvolvidas do meu Estado, sofre periodicamente a calamidade das enchentes provocadas pelo curso torrencial dos grandes tributários do Rio Itajaí-Açu, Rio d'Oeste ou Rio Itajaí d'Oeste, Rio Itajaí do Sul, Rio Hercílio ou Rio Itajaí do Norte, Rio Benedito, Rio Luís Alves e Rio Itajaí-Mirim.

Em 1850, quando o Dr. Blumenau fundou a colônia que recebeu o seu nome e que hoje é o grande Município de Blumenau, certamente não tinha conhecimento desses fenômenos cíclicos que assolam toda aquela região. Dois ou três anos depois — reza a crônica — a nova e pequena colônia, fundada pelo Dr. Blumenau, sofreu a primeira enchente de efeitos calamitosos e que destruiu praticamente tudo que aquele punhado de bravos colonos havia construído e realizado. Daquela época até o presente, de tempos em tempos, os grandes tributários do Rio Itajaí, por força do regime de chuvas da região, fazem com que as águas do Rio Itajaí-Açu subam acima do nível normal e invadam campos e cidades, trazendo os maiores prejuízos ao vale propriamente dito, ao Estado de Santa Catarina e também, sem exagero, poder-se-á dizer, à economia brasileira, já que o Vale do Itajaí é região altamente desenvolvida e possui uma indústria de grande valor para o meu Estado e para o nosso País.

Temos até, na história da nossa região, alguns anos que marcam esses fenômenos que se transformaram em grandes calamidades, como a enchente de 1883, de 1912 e, mais recentemente, aquela ocorrida em 1962 ou 63, quando Governador de Santa Catarina o nosso eminente Colega Senador Celso Ramos. Esta última enchente atingiu as cidades de Blumenau, de Brusque, de Itajaí, e outras cidades menores, sendo que o salvamento das pessoas, que tiveram as suas propriedades rurais invadidas pelas águas, só foi possível através de helicóptero.

Para resolver esses problemas, a solução indicada pelos técnicos, especialmente pela comissão criada pelo Governo Federal por volta de 1956, foi a construção de barragens de regularização dos grandes tributários do Rio Itajaí e a retificação de alguns trechos desses tributários.

As Bancadas Federais de Santa Catarina, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foram pioneiras, no trabalho de apresentação de emendas, e defesa dessas emendas, para a consignação, nos Orçamentos Gerais da União, de dotações destinadas à construção de tais barragens e retificações.

Inicialmente, as verbas foram incluídas em valor modesto, representa-

ram quase que exclusivamente limites ao Poder Executivo para que as obras fossem estudadas, planejadas e, por fim, iniciadas. Últimamente, contudo, o Orçamento da União, no anexo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, tem consignado dotações substanciais para a construção das barragens do Rio Itajaí d'Oeste, no Município de Taió e do Rio Itajaí do Sul, no Município de Ituporanga. E também já procederam a estudos para a construção da barragem do Rio Hercílio ou Itajaí do Norte. Mas o ritmo dos trabalhos dessas obras de engenharia indispensáveis à solução do problema não tem sido satisfatório. Apesar de iniciados já há alguns anos, as obras das barragens no Rio Itajaí d'Oeste e no Rio Itajaí do Norte têm sofrido interrupções e o ritmo de construção não tem sido aquele que era de desejar.

Neste sentido, pronunciaram discursos na Câmara dos Deputados, nesta sessão legislativa, os nobres representantes de Santa Catarina, Albino Zeni e Dib Cherem. Hoje, Sr. Presidente, desejo, da tribuna do Senado, fazer côro com aqueles meus eminentes colegas de representação e endereçar ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, o nosso ex-colega General José Costa Cavalcanti, um veemente apelo no sentido de que se imprima um ritmo acelerado à construção das barragens do Itajaí d'Oeste e Itajaí do Sul e que se iniciem, sem tardança, as obras da barragem do Rio Hercílio.

O mesmo devo dizer em relação às retificações necessárias. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento, aplicando dotação que tive ocasião de incluir no Orçamento da República quando Deputado Federal, iniciou esse trabalho de retificação no rio Itajaí-mirim, entre as cidades de Itajaí e Brusque. Neste momento, o mesmo Departamento realiza uma obra de retificação no rio Luís Alves, perto da sua desembocadura, no rio Itajaí-açu. Faltam, contudo, obras semelhantes, quer nos rios do Alto Vale — Itajaí d'Oeste, do Norte e do Sul — quer no rio Benedito.

Com estas palavras, Sr. Presidente, não só cumpro um dever em relação à Associação dos Municípios da região do Alto Vale, como faço presente a minha voz junto ao Poder Executivo, para que o problema das enchentes e inundações no Vale do Itajaí tenha uma solução capaz, através da construção dessas obras de engenharia.

As aplicações que o Governo Federal fizer nessas obras, os investimentos que realizar na região do Vale do Itajaí, serão retribuídos com o enriquecimento daquela região, com o enriquecimento de Santa Catarina e com a criação de condições indispensáveis ao progresso e ao bem-estar do meu Estado, especialmente da região do Vale, conhecida em todo o Brasil

pelo seu equilíbrio, pela sua harmonia, pelo seu trabalho pioneiro, pelo seu desenvolvimento industrial e que bem merece esse auxílio e esse amparo do Poder Executivo Federal, de modo a corresponder ao esforço, à dedicação e ao patriotismo daqueles que habitam o Vale do Itajaí e lá trabalham para o engrandecimento do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Flávio Brito.

O SR. FLAVIO BRITO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, realizou-se, de 28 a 31 de agosto último, a 34.ª (trigésima quarta) Exposição de Animais no Parque "Menino Deus", no Município de Esteio, no Rio Grande do Sul. Exposição conhecida por muitos dos Senhores Senadores, pois é uma das maiores do Brasil.

Comparecemos e, como sempre, tivemos a oportunidade de sentir sua pujança, pois ela está consolidando o novo local de exposições no progressista Estado, cuja construção teve início na gestão do ex-governador Dr. Perachi Barcellos. Esse ilustre homem público, verificando que o antigo parque, antes localizado em Pôrto Alegre, não mais oferecia condições para receber o elevado número de animais e numa demonstração de verdadeiro espírito público e tirocinio de grande administrador que o é, transferiu o mesmo para o município de Esteio. E, durante seu governo, deu todo esforço para a concretização dessa importante obra.

Ainda no ano passado, tivemos oportunidade de verificar o interesse das autoridades e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul no sentido de que a exposição tivesse o brilho e o sucesso dos anos anteriores.

Este ano, Senhor Presidente e Senhores Senadores, na administração do dinâmico Governador Euclides Triches, tivemos a satisfação de observar que o nosso parque de exposições "Menino Deus", com suas novas e amplas instalações, pôde acolher número consideravelmente maior de animais.

Na inauguração foram apresentados 1.896 animais das seguintes raças: 344 ovinos; 499 bovinos de corte; 356 bovinos de leite e mistos; 117 equinos; 175 suínos; 205 coelhos de raça diversas; 200 aves.

Em discurso pronunciado na inauguração, o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Almir Vieira Gonçalves, reportou-se aos apelos para aumento da produção e produtividade, lançados pelo eminente Presidente da República. E frisou: "Nada adiantará crédito e incentivos para produzir se não obtivermos a garantia de uma comercialização tranqüila e preços justos e

remuneradores, pois que em qualquer setor de produção, seja ela industrial ou agropastoril, o maior propulsor, o maior incentivo à própria produção será sempre a justa remuneração auferida pelo trabalho desenvolvido."

Senhor Presidente, Senhores Senadores, foi realmente uma festa grandiosa da agropecuária gaúcha, mostrando aos visitantes nacionais e internacionais, que a classe rural, como sempre, vem contribuindo para a grandeza, progresso e tranqüilidade deste País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por volta de 1940, surgiu o sisal na Paraíba, com alguma expressão econômica, sendo, na ocasião, fortemente estimulada pelo esforço de guerra. Os preços eram excepcionalmente compensadores, num mercado onde a produção apresentava-se inferior à demanda. Nos anos que se seguiram, variou o preço da tonelada, de US\$ 423,00 a US\$ 284,00, voltando a subir em 1952 a US\$ 449,10; o mais

alto valor alcançado nesses últimos 30 anos.

Assim, o agave foi despontando como cultura interessante às regiões secas do interior paraibano para, em seguida, ganhar as terras férteis do brejo, ao sabor das vantagens momentâneas que oferecia sua exploração: — reduzidos cuidados e preço altamente favorável.

A cultura espalhou-se pelo Rio Grande do Norte e, seguida, emigrou para a Bahia, onde igualmente experimentou grande progresso. De momento para outro, o Nordeste transformou-se em grande produtor da fibra de sisal. Da média de 74.000 ton., por volta dos anos de 1953/55, subiu para 328.000 ton., em 1968, permitindo ao Brasil daí em diante ocupar o primeiro lugar na produção mundial. Para ajuizarmos o que foi o crescimento desta cultura, basta compararmos a produção nos dois últimos quinquênios. Verifica-se que, enquanto, no 1.º período da década de 1960, a produção sustentou a média anual de 170.000 ton., no 2.º, essa média subiu a 286.000, como demonstra o seguinte:

QUADRO I

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SISAL

Anos	Toneladas	Cr\$ 1.000	Cr\$ Ton.	Rendimento Kg/ha
1960	164.076	3.170	19.32	1.162
1961	170.000	4.553	26.78	1.129
1962	144.255	11.650	66.86	1.087
1963	199.299	22.377	112.28	1.072
1964	228.606	38.241	167.28	1.031
1965	241.985	40.102	165.73	967
1966	287.379	48.450	168.50	869
1967	319.073	59.606	186.31	959
1968	328.276	71.826	218.80	953
1969	311.110	78.016	250.77	1.001
1970	325.199	1.032

Fonte: I. B. G. E e M. Ag.

Não foi só o Brasil, outros países destacaram-se igualmente na produção dessa fibra, principalmente no Continente Africano, na América Central e o México. A crescente produção na Tanzânia, Quênia, Uganda, Angola e Moçambique, ao lado da exportação brasileira, fez, entretanto, superar a capacidade de absorção do mercado mundial, e, por conseguinte, provocou o desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura. Em 1965, a produção mundial chegou a 700.000. Já naquela época, estudos revelaram que a fibra de sisal tinha, como preço teto, o limite de US\$ 240,00, por t./FOB, o que significava o máximo possível para sobreviver na competição com os novos produtos sintéticos lançados pela indústria petroquímica.

O preço da fibra já havia baixado a US\$ 168,00, depois de alentadora reação nos dois anos anteriores, quando o preço chegou a US\$ 292,00.

Na seqüência dos fatos, vencidas as crises políticas entre 1960 e 1964, que perturbaram as produções de Tanzânia e Quênia, estes voltaram ao mercado, em 1965, pelo interesse dos ingleses, responsáveis ainda pela comercialização do produto daqueles países. Foi, nesta conjuntura, que o preço passou a declinar. Quadro II.

O nosso País, que já havia conquistado o galardão de maior produtor mundial, chegando a exportar 34 milhões de dólares, em 1964, passou a perder posição, de ano para ano, até chegarmos, em 1970, com apenas ...

110.000 toneladas ao preço médio de US\$ 113,00, o mais baixo já verificado nos citados últimos trinta anos. No período de 1959/64, exportamos ... 680.847 toneladas, no valor global de 152,5 milhões de dólares. No período de 1965 a 1970, praticamente vendemos o mesmo volume — 674.158 toneladas — porém, recebemos apenas 93,58 milhões de dólares. Quase a metade da receita, pelo mesmo volume.

Diante da importância da produção sisaleira para a economia de muitos países, a FAO criou um Subcomitê Consultivo no Grupo de Estudos sobre Fibras Duras, e promoveu encontros entre países interessados. Foi assim firmado Acórdos informais — porém sem aquela força e determinação dos mecanismos de controle que caracterizam os acórdos formais entre os países. Várias providências foram adotadas, inclusive o contingenciamento das exportações. Em maio de 1971, foi aprovado para o Brasil uma cota de 155.000 toneladas, de um total mundial de 605.000 toneladas contra 130.000 toneladas, no ano anterior. A insegurança caracteriza esse Acórdo, tanto que no ano passado, a Tanzânia e Quênia lançaram no mercado seus excedentes, gerando em consequência a queda do preço, que, em certo momento, baixou para US\$ 108 por tonelada. Não se efetivou a firme ação entre os países produtores para sustentar o relativo equilíbrio do mercado e justo preço para o produto.

Com relação ao Brasil, foi penosa a constatação de nossa incapacidade de administrar a economia sisaleira. Por inércia e displicência de uns, e ignorância de outros, não foi possível, em tempo oportuno, modificar ou corrigir as falhas existentes. Faltou-nos política em profundidade e extensão, de amparo ao produtor, para aparelhá-lo técnica e financeiramente, em busca de melhor produtividade — a única saída para a crise.

Impunha-se o zoneamento da cultura para submetê-la ao controle quantitativo, com plantio e extração obedecendo a padrões técnicos. A melhoria da qualidade e a redução do custo da produção são, assim, as condições básicas da sobrevivência. Faltou-nos pesquisa para descobrir novos usos para a fibra, assim como o aproveitamento dos subprodutos resultantes do descorticamento das fôlhas.

A Paraíba e o Nordeste sofreram e sofrem, até hoje, diante da derrocada da cultura do sisal. Em certa época, o orçamento paraibano contou com 30% de recursos provenientes do sisal. Custosos investimentos foram realizados, e muitas indústrias se instalaram para fabricar fios e cordoalhas, sobretudo os baller e binder-twine, tão procurados nos países produtores de trigo e outros cereais. Só a indústria paraibana de fios consu-

mirá em 1972 cerca de 40 mil toneladas. A indústria de papel, em Pernambuco, ora em fase de expansão, com estímulo da SUDENE, precisará de 50 mil toneladas por ano. Em breve a Paraíba também consumirá 20 mil toneladas, na fabricação de celulose. Ao invés de desestímulo a cultura sisaleira deveria ser protegida, pelo menos, o suficiente para garantir o consumo interno e assegurar a posição conquistada no mercado de exportação.

A crise, é bom repetir, instalou-se a partir de 1965. Dois anos depois, o então Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Hélio Beltrão, compreendendo a importância de tal cultura para a Região nordestina, obtve do Presidente Costa e Silva, o Decreto n.º 60.808, de 2 de junho, para criar a Comissão de Estudos da Política do Sisal, com a finalidade de examinar as medidas "necessárias a elaboração de um Plano de amparo às atividades agroindustriais-comerciais, com a consolidação das respectivas estruturas econômicas, de molde a assegurar a elevação da receita nacional e o bem-estar econômico-social dos que se dedicam às atividades sisaleiras".

Com efeito, em menos de 30 dias, foram concluídos os estudos e a elaboração de extenso relatório, com recomendações de medidas a curto, médio e longo prazos. Passados os anos, as classes produtoras de fibra de sisal continuam, ainda hoje, a declamar as mesmas medidas, pois, aquelas recomendações, lamentavelmente, ficaram, em grande parte, esquecidas no papel. É a mesma crise que se estende pelos anos a fora. Só na Paraíba são 150.000 famílias que dependem da economia sisaleira. Nas zonas do Cariri e do Curimatãu o sisal oferece excelentes condições para absorver mão-de-obra. Numerosas cidades do interior dependem ainda dessa cultura. Cerca de 12.000 maquinismos funcionam no meu Estado para desfibrar a fôlha do sisal. Agora, na seca de 1970, não foi preciso criar nenhuma frente de serviço nessas zonas. Foi a prova do seu valor econômico e social.

Estamos em setembro de 1971. Os argumentos são os mesmos de 4 a 5 anos atrás. A superprodução mundial continua. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste retraíram-se na assistência creditícia aos plantadores, mantendo apenas o apoio creditício à industrialização da fibra.

A Comissão de Financiamento da Produção não mais incluiu o sisal na pauta dos produtos beneficiados, a despeito de não ter comprado um só quilo na Paraíba; e o Banco Central não o considerou entre matérias-primas a serem incentivadas pela Resolução n.º 157. Constatou-se, assim, que o sisal é uma cultura que não oferece maiores riscos às instituições financeiras.

Entretanto, diante da indiferença, formou-se entre os produtores a convicção de que o agave deverá ser abandonado e substituído por outras culturas, naquelas zonas onde as alternativas são mínimas, pela aridez das terras, que caracterizam as mais pobres do interior paraibano. Presenciamos, agora, mais um exemplo dessa constrangedora situação.

A imprensa noticiou e assim aconteceu, o segundo leilão de área com 32 mil hectares e plantação de 47 milhões de pés de agave, situada no Município de Touros, no Rio Grande do Norte. Executada pelo INPS, as Fazendas Reunidas Serra Verde constituem bem o retrato de situação que se repete em toda a zona sisaleira. Decadência, frustração, pobreza, desesperança. A 105 quilômetros de Natal, os seus promotores pensaram em cooperativa: construíram cerca de 500 casas para os trabalhadores, um mercado e até projeto de urbanização foi iniciado. O aviltamento do preço da matéria-prima no mercado nacional e internacional aniquilou o empreendimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como bem comentou o Agrônomo-Economista Eudes de Souza Leão, "verificou-se no Brasil a triste eloquência dos fracassos de uma política econômica mal orientada, no sentido da ganância, baseada em práticas rotineiras e empíricas de uma agroindústria que deveria promover a sustentação econômico-financeira de expressivos grupos sociais". O Quadro seguinte dá idéia da queda ocorrida na exportação:

QUADRO II
EXPORTAÇÃO DE SISAL

Anos	Toneladas	Valor US\$ 1.000	Por Ton. US\$
1946	2.758	1.160	423,9
1947	14.850	5.206	350,8
1948	19.863	6.326	318,5
1949	23.018	6.411	278,5
1950	46.655	13.273	284,4
1951	57.389	23.526	409,9
1952	30.337	13.624	449,1
1953	22.332	3.926	175,8
1954	55.201	9.114	165,1
1955	80.342	11.291	140,5
1956	106.503	14.965	140,5
1957	84.700	11.132	131,0
1958	86.448	11.204	130,0
1959	107.550	14.635	163,9
1960	99.510	21.011	211,10
1961	117.957	23.223	196,9
1962	123.285	22.887	185,7
1963	115.064	33.592	292,0
1964	117.501	33.897	288,5
1965	143.927	22.690	168,2
1966	139.930	22.059	157,6
1967	119.090	15.489	130,1
1968	135.423	16.053	118,6
1969	132.056	15.719	119,0
1970 (*)	136.090	15.428	113,4

FONTE — CACEX (*) 1.º Jan. Out.

O Brasil, ainda hoje, realiza plantio e colheita do sisal, com os métodos atrasados, inclusive em comparação com os países africanos. Os nossos produtores não atendem às recomendações técnicas nem respeitam as exigências das próprias plantas, a despeito de serem excepcionalmente resistentes. Os cortes são predatórios. Daí o pobre resultado obtido: o baixo custo do produto no mercado internacional. Assim, nossa fibra não acompanha a cotação dos produtos de origem africana, cujos preços na Bôlsa de Londres estão abaixo mais de 20% de seus concorrentes. Todo o investimento, compreendendo a terra, o preparo do solo, aquisição de mudas, plantio, tratos culturais, colheita e beneficiamento, resulta em rendimento absolutamente nulo para o produtor. Daí o abandono dessa cultura que ora se observa nos Estados produtores do Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, com grave prejuízo para as respectivas economias, gerando problemas sociais, não só pela falência daqueles que se empenharam nessa agroindústria, como pelo desemprego deles decorrentes.

Justifica-se, assim, um apêlo ao Presidente Médici, e aos seus Ministros para que voltem suas vistas para este problema.

Não é só o interesse da Nação em beneficiar-se com a exportação de mais algumas dezenas de milhões de dólares; é, também, a preocupação pela sorte das centenas de milhares de famílias que dependem desta cultura. E o sustento, é a esperança de mais de um milhão de brasileiros que está em jogo.

Estou certo de que encontrará ressonância este apêlo, e confiando nisso, lembro medidas que poderiam ser desde logo examinadas:

I — Que seja renovada e atualizada a Comissão de Estudos da Política do Sisal, na SUDENE, com os mesmos objetivos da que foi criada pelo Decreto n.º 60.808, de 2 de junho de 1967; inclusive que se proceda o balanço dos resultados obtidos diante das recomendações propostas naquela ocasião. Que se dê relevância aos seguintes pontos:

- a) adequada Política Fiscal e de Crédito (Resolução n.º 157), adoção de Preço Mínimo, com base na cotação internacional do produto;
- b) zoneamento da produção, para limitá-la a níveis compatíveis com o consumo interno e externo;

e) nas zonas aprovadas, que se promova a modernização dos meios de cultura e extração, inclusive o funcionamento nos Estados produtores de estações experimentais, para indicar ao produtor o melhor espaçamento, a melhor época da colheita, a melhor variedade, a melhor técnica de corte etc. ... e ao mesmo tempo, desenvolvendo pesquisas de novos usos, ao aproveitamento dos subprodutos; e

d) ação do Ministério das Relações Exteriores, na próxima reunião da FAO, a ser realizada em dezembro de 1971, para revisão do Acôrdio em funcionamento, objetivando, sobretudo, maior rigor nos compromissos assumidos pelas partes sobre o contingenciamento das exportações, e o estabelecimento de preço mínimo internacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MILTON CABRAL EM SEU DISCURSO.

ANEXO I

CÁLCULO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DA FIBRA DE SISAL

Preço-base de exportação atual US\$ 115. FOB
US\$ = Cr\$ 5,37

Preço da exportação em Cr\$ igual a 617,55 por tonelada

POR TONELADA

Preço médio pago ao produtor	Cr\$ 350,00
Beneficiamento, enfardamento, panos, corda	60,00
Beneficiamento, enfardamento, panos, corda	60,00
Frete para Cabedelo (Campina Grande—Cabedelo por rodovia) ..	15,00
Despesas e taxas para embarque	18,00
Perdas de peso (2%) no transporte para o porto	7,00
Perda de peso no exterior (1%)	6,00
Perda no beneficiamento da fibra — 10% em bucha	10,00
Despesas administrativas	20,00
Despesas financeiras	20,00
ICM	85,55
Comissão de 2% sobre a venda	12,00
Total do custo	Cr\$ 603,00
Lucro do exportador = 2,3%	14,55
	Cr\$ 617,55

O preço acima corresponde ao valor de US\$ 115 por /+ ou FOB. Convém observar que o preço médio por tonelada em 1970 alcançou apenas a US\$ 113,4 — o mais baixo de todos os anos.

FONTE: Câmara dos Exportadores de Sisal Campina Grande — Paraíba

ANEXO II

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE ALGUMAS FIBRAS DURAS
— valores médios —

NOME	Comprimen- to das fibras — metro —	Largura- milésimo de milí- metro	Peso mili- grama	Resistência a		Eleticidade		Resistência a	
				Distensão —	grama —	— mm —	—	Torção —	volta —
				Natural	Úmido	Natural	Úmido	Natural	Úmido
Cânhamo papoula de S. Francisco	2.40	74.89	0.723	131.17	78.26	0.568	0.629	77.83	75.43
Caroá	1.35	128.27	1.197	254.94	19.472	1.342	8.720	154.89	211.69
Juta	1.35	87.19	0.412	82.84	137.40	0.631	0.755	111.27	73.65
Malvaíscio	2.00	82.74	1.327	121.68	110.72	0.689	0.694	54.37	67.51
Sisal	1.40	223.50	3.365	1.379.00	659.00	3.730	3.466	84.52	110.04

Fonte: M.R. Exteriores — Brasil; situação, recursos, possibilidades, 1969.

ANEXO III

CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS DE ALGUMAS FIBRAS DURAS
— Valores médios —

NOME	PROPRIEDADES QUÍMICAS			
	Beneficiamento	Cinzas	Celulose	Hidrólise alfa % beta %
Cânhamo (papoula de S. Francisco)	Macerização	0.50	75.10	10.29 14.93
Caroá	Mecânico	0.60	67.66	17.02 24.55
Juta	Macerização	0.73	69.09	10.39 14.29
Malvaíscio	Macerização	0.53	60.42	7.31 11.28
Sisal	Mecânica	1.11	70.26	20.84 23.57

FONTE: M.R. Exteriores — Brasil; situação 1964

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Geraldo Mesquita — Alexandre Costa — José Sarney — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Luiz Cavalcante — Carlos Lindenberg — Paulo Tôrres — Orlando Zancaner — Osires Teixeira — Saldanha Derzi — Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes 32 Srs. Senadores.

Não há número para deliberações.

Item 1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 177, de 1971, de autoria do Senador Ruy Santos, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 57, 59 e 78, de 1971.

A matéria não pode ser votada, por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 2

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação como conclusão de seu Parecer n.º 370, de 1971) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1971 (n.º 5-B/71, na Câmara dos Deputados), que aprova o Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha firmado, em Brasília, a 1.º de abril de 1971.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos, para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1971 (n.º 5-B/71, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu,

....., Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
N.º DE 1971**

Aprova o Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha firmado, em Brasília, a 1.º de abril de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha firmado, em Brasília, a 1.º de abril de 1971.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 3

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação como conclusão de seu Parecer n.º 369, de 1971) do Projeto de Lei do Senado n.º 75, de 1971, que proclama Patrono da Força Aérea Brasileira o Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos, para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 75, de 1971, que proclama Patrono da Força Aérea Brasileira o Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É proclamado Patrono da Força Aérea Brasileira o Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont.

Art. 2.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 4

Requerimento n.º 170, de 1971, de autoria do Sr. Senador Paulo Tôrres, solicitando a transcrição nos Anais do Senado da Ordem do

Dia sobre o Dia do Soldado, baixada em 25-8-71, pelo Sr. Ministro do Exército, tendo PARECER, sob n.º 363, de 1971, da Comissão — Diretora, pela prejudicialidade, em virtude de a matéria já constar dos Anais do Senado uma vez que foi lida pelo Senador Benedito Ferreira em discurso que pronunciou em Plenário.

Nos termos do disposto no art. 372, e parágrafos, do Regimento Interno, declaro o requerimento prejudicado por haver perdido a oportunidade, e determino que seja definitivamente arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Esgotada a Ordem do Dia, concedo a palavra ao Sr. Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, colho este fim de sessão, nesta tarde tranqüila, como motivação para um pequeno e breve registro. Obedeço, antes de mais nada, Sr. Presidente, a um impulso. Ninguém ignora que, com a instalação do I Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, vários e nobres Colegas inscreveram-se para cursá-lo.

Sr. Presidente e nobres Colegas, estamos levando a cabo aquilo que chamaria de mais uma tarefa, em primeiro lugar, de sentido patriótico, depois, em razão mesmo dessa necessidade de aperfeiçoamento que deve presidir toda ação do homem na vida pública.

Não é tanto esta a razão que me traz à tribuna, porque desejo apenas, em breve relato, dizer à Casa que entre as tarefas por nós exercidas, estão aquelas que consistem em visitas a determinadas organizações, como integração mesmo do curso que estamos fazendo.

Assim, ontem todos os estagiários realizaram uma visita que se prende muito ao destino de Brasília. Evidentemente não vou — e não seria este o nosso propósito — fazer qualquer propaganda de uma organização que miraculosamente — direi — se levanta no Distrito Federal. Refiro-me, Sr. Presidente, à CIPLAN — Cimento Planalto — talvez a primeira promoção de importância no campo da indústria no Distrito Federal. Lá estivemos, em longa visita, ocupando-nos toda a manhã de ontem. E o nosso júbilo, que procede dessa visita, está nas observações que fizemos, e no particular, de um aspecto que em verdade me comoveu. Mas adiantarei que a indústria do cimento encontra em Brasília o mais prodigioso campo de possibilidades.

Os elementos principais exigidos para a fabricação do cimento estão no calcário, na argila e no gesso. A participação do gesso nessa composi-

ção é pequena e é, no caso de Brasília, a de maior dificuldade em razão de o local mais próximo em que o gesso é encontrado estar a 1.200 quilômetros de distância, isto é, no Norte de Goiás, com evidente dificuldade de transporte de lá para cá.

Mas, um dos dois elementos, que ingressa com uma percentagem de 80% na fabricação do cimento, é o calcário. A uma pergunta nossa, explicou-nos o presidente da empresa que nós estamos sobre um mar de calcário. Muitas e muitas fábricas de cimento poderão ser criadas em Brasília porque necessários serão 6 mil anos para podermos consumir todo o calcário existente na região do Distrito Federal. São revelações que a mim pelo menos espantaram, eis que de Geologia nada entendo. Depois, ingressa na composição do cimento a argila. Então, temos argila para os séculos. Portanto se embaça esta indústria em recursos inacabáveis.

Depois de termos, Sr. Presidente e nobres Colegas, tomando uma legítima aula sobre todo o processo de fabricação, de como os seus laboratórios examinam o calcário antes de explorá-lo e trazê-lo à fábrica, depois de conhecermos a sua organização social — isto é importante — depois de finalmente termos, embora de maneira sucinta — evidentemente não iríamos em meia manhã aprender aquilo que terá custado aos técnicos tanto estudo — depois de termos tudo examinado, veio para nós outros a grande, a sublime lição.

Estávamos no restaurante da empresa, eis que começarão a produzir apenas em dezembro, mas desde agora toda a organização de assistência aos seus trabalhadores já funciona. Quatrocentos homens atuam nessa indústria, nesse começo de trabalho, ainda em fase de construção, ainda com os seus canteiros debaixo de muita improvisação, evidentemente. Mas o que nos chamou a atenção, ao entrarmos no restaurante da empresa, foi uma legenda sobre um crucifixo, em que se lê: "Aqui transformamos pedra em pão."

Poderíamos deter-nos longamente em examinar não apenas a legenda, mas a preocupação daquele que a fez inserir sobre o crucifixo e perguntamos. Então, veio a resposta: "Somos cinco diretores; todos cinco homens profundamente religiosos e o que nós queremos é instituir uma indústria que possa ser chamada de evangélica."

Isto é maravilhoso, Sr. Presidente. Nasce a primeira indústria de importância do Distrito Federal sob a égide, sob a proteção do Evangelho. Isto num mundo tumultuado, num mundo sem fé, num mundo que se faz cada dia mais desgraçado, onde os homens já não buscam a Deus para sua afirmação, mas se entregam a toda sorte de desesperos porque dele fugiram.

No Distrito Federal, neste centro geométrico da Pátria, em meio à carta geográfica do Brasil, surge uma indústria, quando ainda a organização da indústria do Distrito Federal é uma tremenda interrogação — eis que nos levaram para lá ontem, precisamente, para que estudássemos as possibilidades industriais no Distrito Federal. Pois bem, aqui, no Planalto Central, levanta-se uma indústria sob a égide do Cristianismo, do Evangelho.

Era isso que eu queria registrar, nobres Colegas, na tranqüilidade deste fim de Sessão. E nós queremos — nós, que ontem lá estivemos nesse sentido de estudo, de exame, de observação — queremos que esta indústria se desenvolva sob a égide do Evangelho. Queremos juntar nossas preces para que essa indústria nasça, cresça, se expanda dentro desses princípios, porque lá vimos, através da assistência que lá realizamos, que o homem quer procurar o bem do ser humano, da pessoa humana. É a primeira coisa de que se lembrou essa indústria, e isso se faz sagrado.

Então, queremos que todos os que dela participarão, seja na sua administração, seja nos mais simples labores de que a indústria necessita, encontrem nessa indústria a continuação dos seus lares, como entendemos deva ser o nosso local de trabalho — que o nosso local de trabalho seja uma continuação dos nossos lares, pleno de paz, pleno de tranqüilidade. É isso que nós queremos juntar hoje nesse registro — que eles consigam realizar, assim, este sonho feito de Pátria e feito de Deus. E quem assim pensa merece que a força da oração de outros se junte para que deste fulcro, deste núcleo de trabalho nasça, no Planalto Central, um exemplo imenso para toda a Pátria. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão, designando para a Sessão Ordinária de segunda-feira próxima, dia 6, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 177, de 1971, de autoria do Senador Ruy Santos, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 57, 59 e 78, de 1971.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 389, de 1971) do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1971 (n.º 209-B/71, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em fa-

vor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o domínio de direito de terrenos do Estado da Guanabara.

3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 390, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 42, de 1971, que suspende a execução de disposições da Constituição do Estado de Mato Grosso, declaradas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR JOSÉ LINDOSO, NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2-9-71, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN (Seção II) DE 3-9-71.

O SR. JOSÉ LINDOSO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados promoveu, ontem, uma visita ao Aeroporto de Brasília.

Foram convidados a participar dessa visita por nimia gentileza da Assessoria Parlamentar do Ministério da Aeronáutica cujo titular é o Coronel Sívio Di-Stefano. Efetivamente, a visita ao Aeroporto de Brasília foi motivo de grande satisfação e orgulho para nós.

O Ministério da Aeronáutica tem, na sua programação, no seu engajamento às metas de desenvolvimento, três aeroportos prioritários: o de Brasília, o do Galeão e o de Manaus. Sobre este, de tanta significação para a Amazônia e para a aviação internacional, teremos oportunidade no futuro manifestar-nos no Senado.

O Aeroporto de Brasília deverá ser inaugurado no curso da "Semana da Asa", no próximo mês de outubro. Representa uma concepção arquitetônica de bloco linear — aquela por que optou o grupo de engenheiros responsáveis, dentro das diversas concepções polêmicas relativamente a obras desse gênero, por ser a mais adequada às nossas necessidades.

O material empregado é de primeira ordem. O aeroporto se reveste de todas as características, que se tornam evidentes até à apreciação de um leigo como nós, de funcionalidade, de segurança técnica e de satisfação aos requisitos necessários às suas finalidades e representa uma afirmação da capacidade criadora e inovadora dos arquitetos nacionais.

Todos os serviços internos do aeroporto foram feitos dentro da maior exigência técnica e não ficam a dever aos melhores aeroportos do mundo